



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

**O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: a formação do professor para
Educação de Jovens e Adultos**

ERICA ALVES TOMAZ GOMES

JULIÁLIA CÁSSIA ALVES BEZERRA

JOÃO PESSOA

2013

ERICA ALVES TOMAZ GOMES
JULIÁLIA CÁSSIA ALVEZ BEZERRA

**O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: a formação do professor para
Educação de Jovens e Adultos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia do Centro de Educação da **Universidade Federal da Paraíba**, orientado pela professora **Dr. Maria da Salete Barboza de Farias**, para a obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientadora: DR^a. MARIA DA SALETE BARBOZA DE FARIAS

JOÃO PESSOA

2013

G633c Gomes, Erica Alves Tomaz.

O curso de Pedagogia da UFPB: a formação do professor para educação de jovens e adultos / Erica Alves Tomaz Gomes, Juliália Cássia Alves Bezerra. – João Pessoa: UFPB, 2013.

54f.

Orientador: Maria da Salete Barboza de Farias

Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Formação de professores. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Projeto pedagógico do curso de Pedagogia. I. Bezerra, Juliália Cássia Alves. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051 (043.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS
CURSO DE PEDAGOGIA

**O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: a formação do professor para
Educação de Jovens e Adultos**

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Dr^a Maria Helena Ribeiro Maciel

Dr^a. Maria da Salete Barboza de Farias

Dr^a Laura Maria de Farias Brito

JOÃO PESSOA

2013

Dedico este trabalho aos meus pais, Lucia e Inacio que sempre estiveram me apoiando em todas as batalhas da minha vida.

Erica Alves Tomaz Gomes

AGRADECIMENTOS

À Deus que nunca me abandonou e sempre me levantou nos momentos em que eu mais precisei, que nunca me deixou perder a fé e a acreditar que com muita luta podemos realizar todos os nossos sonhos. Muito obrigado senhor, por iluminar meus dias com todo o seu amor e toda sua paz.

Aos meus pais, Lucia e Inacio, que me educaram para ser uma pessoa do bem. Que sempre estiveram ao meu lado, apoiando as minhas decisões, me consolando nas horas tristes e comemorando nos momentos de conquista, é muito bom sentir esse orgulho que vocês têm de mim. Agradeço por cuidarem tão bem de mim e por todo amor que sempre me deram.

Ao meu marido, Oriel, que foi um grande presente de Deus pra mim. Sua amizade, companheirismo, confiança e amor, sempre foram a energia que eu precisava para continuar a minha longa jornada.

À minha família, que sempre me acolheu e me proporciona momentos de tanta alegria.

As minhas amigas, Aline, Raiss e Nayara, que durante toda a minha vida me ajudaram quando eu mais precisava, sempre foram ombros para eu chorar e com bons conselhos me deram força para eu seguir em frente. Amos muito vocês. Vocês são mais do que amigas, são as minhas irmãs de coração.

À todas as amigades que eu fiz durante o meu curso, ou seja, ao “paredão”. Vocês foram a força que me impulsionaram para continuar a minha jornada e não me deixar desanimar com os obstáculos, alguns momentos mais felizes da vida eu vivi com vocês. Amizade verdadeira é aquela que podemos contar tanto nos momentos bons quanto nos ruins, e é por isso que hoje eu sei que tenho várias amigas.

À professora Maria da Salete, que foi muito mais que uma orientadora, foi a professora que mais me ajudou durante o meu curso. Me ensinou a refletir, produzir, pesquisar e construir novos conhecimentos. Foi por meio do trabalho realizado junta a esta professora, que eu pude construir minha identidade como futura pedagoga. Muito obrigada.

ERICA ALVES TOMAZ GOMES

*Com muito amor dedico esta vitória a minha mãe Josineide
A minha adorável avó Miriam
A minha irmã Júlia que tenho um carinho imenso
Ao meu noivo Eivaldo*

Porque família é tudo.

Juliália Cássia Alves Bezerra

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS pai todo poderoso, por ter me dado forças para seguir em frente nessa caminhada. Agradecer por todos os momentos vivenciados durante o curso, conhecendo que os tristes antecedem os felizes, por isso se faz necessário na nossa trajetória, para reconhecermos que tudo é no tempo do Senhor, só Ele sabe das tuas necessidades e nunca desampara um filho seu, por isso que as conquistas devem ser valorizadas. Deus passou mais de quatro anos e aprendi a amar o próximo e ser amada, a respeitar e ser respeitada, e sobre tudo aprendi que não podemos ter medo de lutar para sermos felizes. Hoje com objetivo almejado celebro o final dessa jornada e presto a TI ó DEUS justa e sincera homenagem. Obrigada Senhor!

Aos meus pilares que depois do Senhor é minha força maior. Minha mãe Josineide, minha avó Miriam e minha irmã Júlia por me ensinar a viver com dignidade, por me incentivar com dedicação para trilhar sem medo e com esperanças os meus caminhos. Dando-me sempre o colo que precisei nos momentos de fraqueza. Muito obrigado, amo vocês!

A meu noivo Eivaldo que é um anjo que o Senhor colocou na minha vida, que durante esse trajeto me apoiou nas alegrias e tristezas, sempre com os braços abertos para me fortalecer. Obrigado meu amor por se doar, ter paciência na minha ausência, pelas palavras, conselhos e até mesmo gestos. Te amo!

Não poderia deixar de agradecer ao tão falado “Paredão”, com amigas de sala que juntas, vivemos dias e diversos momentos com situações que nos fazem ver que as características presentes em cada pessoa têm seu valor, de modo que o resultado alcançado a partir da união de cada diferença nos projeta a fins grandiosos.

A minha querida prof^a Emília Prestes por ter ensinado que cada profissional tem suas afinidades e habilidades que são necessárias para construção de um ambiente saudável e produtivo. Obrigado professora pelos puxões de orelha quando necessário, mas também por ter sido uma mãe dando conselhos, carinho e atenção. Também aos companheiros de grupo de pesquisa Karla e Ítalo pelos momentos agradáveis vividos no ambiente 18.

Aos mestres pela sabedoria que nos foi passada durante em trajeto acadêmico, com ensinamentos educacionais e pessoais. Em especial a professora Salete por ter me acolhido de braços abertos nessa reta final, sei que não seria qualquer um que faria isso, mas uma prof^a que nos ajudou a passar por obstáculos para um futuro melhor.

JULIÁLIA CÁSSIA ALVES BEZERRA

Crescer como Profissional significa ir localizando-se no tempo e nas circunstâncias em que vivemos, para chegarmos a ser um ser verdadeiramente capaz de criar e transformar a realidade em conjunto com os nossos semelhantes para o alcance de nossos objetivos como profissionais da Educação
(Paulo Freire)

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1 CONTRIBUIÇÕES DA TRAJETÓRIA E TEORICOS DA EJA NO BRASIL.....	17
1.1 Breve histórico da EJA no Brasil.....	17
1.2 Contribuições teórica de Paulo Freire.....	22
1.3 O papel do professor da EJA.....	25
2 BREVES ANÁLISES DOS DOCUMENTOS BASE PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA.....	27
2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais da EJA e Constituição Federal de 1988.....	27
2.2 LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais.....	31
2.3 Proposta Plano Nacional de Educação – PNE, 2011-2020.....	33
3 FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A EJA NA UFPB.....	35
3.1 Projeto Pedagógico do Curso.....	35
3.1.1 Projeto político do Curso de Pedagogia da UFPB.....	36
3.1.2 Particularidade do PPC especificas à Educação de Jovens e Adultos.....	37
3.1.2.1 Componentes Curriculares básicos profissionais.....	38
3.1.2.2 Os componentes complementares optativos.....	38
3.2 Análise dos Dados da Pesquisa.....	39
3.2.1 Período de realização.....	40
3.2.2 Pessoal Envolvido.....	40
3.2.3 Resultados.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO.....	51

RESUMO

O presente texto tem como objetivo apresentar os resultados obtidos por meio da realização da pesquisa intitulada “*O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: a formação do professor para Educação de Jovens e Adultos*”, tendo como principal objetivo conhecer como vem se dando a formação de pedagogos da UFPB voltados para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de uma proposta que tem como base teórica um breve histórico da EJA no Brasil, as contribuições de Paulo Freire e dos documentos legais que regem esta modalidade de ensino. Os sujeitos que comportaram a amostra são alunas concluintes do Curso de Pedagogia – UFPB/*Campus I*, que estão cursando a Área de Aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos. A metodologia utilizada teve abordagem quanti-qualitativa, com a aplicação de um questionário com questões abertas. Os resultados desta pesquisa o Curso de Pedagogia apresentam uma proposta satisfatória de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), porém a prática vivenciada pelas alunas no decorrer do curso ainda causa insatisfação, sinalizando assim para uma atualização a fim de atender as exigências da sociedade atual.

PALAVRAS – CHAVES: Educação de Jovens e Adultos; Formação de Professores, Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.

ABSTRACT

This paper aims to present the results obtained by conducting a survey entitled "The UFPB COURSE OF EDUCATION: teacher training for Youth and Adults", whose main goal is getting to know how the training of educators UFPB facing Education for Youth and Adults (EJA). It is a proposal that has as theoretical foundation a brief history of adult education in Brazil, the contributions of Paulo Freire and the legal documents that govern this type of education. The subjects that the sample behaved students are graduates of the School of Education - UFPB / Campus I, who are attending area Deepening Education for Youth and Adults. The methodology was quantitative and qualitative approach, with the application of a questionnaire with open questions. The results of this research the School of Education offer a satisfactory proposal in accordance with the Educational Project Course (PPC), but the practice experienced by students during the course still causes dissatisfaction, thus signaling for an upgrade in order to meet the requirements of society.

KEY - WORDS: Youth and Adults; Teacher Education, Educational Project of the School of Education.

INTRODUÇÃO

O processo histórico de democratização da educação brasileira estimulou os debates sobre a qualidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que é ofertada em nosso país. O Brasil contemporâneo sofre bastante com a deficiência escolar, refletindo-se diretamente em problemas de desigualdade que norteiam a nossa sociedade.

Deste modo as altas taxas de analfabetismo, consequência de outros problemas sociais, principalmente de jovens e adultos, impulsionaram a pressão popular e centralizaram a preocupação dos governantes em relação à qualidade do ensino que estava sendo oferecido a estes sujeitos. A partir de então, a fim de atender as novas necessidades da sociedade atual, a modalidade da EJA passou a ser discutida e planejada dentro de suas especificidades e particularidades educacionais. Isso implica dizer que as escolas teriam que sofrer todo um processo de reestruturação física/material, pois os livros e outros materiais que existiam nas escolas tinham sido pensados para crianças. A reorganização do currículo também é necessária, pois os jovens e adultos mesmo sem saber ler o escrever trazem uma carga de conhecimento que pode ser aproveitado em todos os momentos do processo de construção do conhecimento.

A partir do que foi dito, podemos entender que:

O público da EJA são jovens e adultos com uma história, com uma trajetória social, racial, territorial que tem que ser conhecida, para acertar com projetos que dêem conta da sua realidade e de suas condições. (ARROYO, 2006, p24)

Conhecer o público ao qual iremos trabalhar é o nosso primeiro passo como educadores, porém os sujeitos da EJA são plurais, com diferentes interesses e idades, desta forma atender as metas de todos fica mais difícil. Cada jovem e adulto tem uma motivação ao voltar à escola, trabalhar com esses sonhos implicará no sucesso de nossas aulas. Os alunos da EJA querem:

[...] o conhecimento em suas diversas dimensões, a leitura do mundo, da vida, da própria vida, num resgate da cidadania, da autonomia e da criatividade do ser humano, para o qual o domínio dos códigos escritos é apenas uma das múltiplas necessidades para efetiva participação dos cidadãos nas tomadas de decisões em nossa sociedade. [...] (DALLEPIANE, 2006, p71)

Pensar a formação e a prática do pedagogo no campo educacional é importante para entender que tipo de educador o Curso de Pedagogia deseja formar, e que tipo de educação o educador deseja receber, pois não é fácil formar um educador para atuar na EJA. É necessário oferecer-lhe uma formação em que os pedagogos sejam capazes de compreender, refletir e interferir na sua área de atuação, ou seja, conheça intimamente a comunidade, instituição e sujeitos aos quais irão trabalhar. Trata-se de conciliar a formação técnica com a formação política, unir a teoria com a prática, entendendo-se que este é o caminho para que o futuro pedagogo compreenda quando e como intervir na realidade social que o cerca.

Compreende-se que, para formar professores para a EJA, é necessário reafirmar compromissos e propor a formação de professores solidariamente reflexivos, articulados na dinâmica dos movimentos sociais, em que o currículo perpassa as áreas do saber produzido no cotidiano e o conhecimento que a ciência e a tecnologia produzem, com o olhar ampliado na constituição de cidadãos e cidadãs de direitos à educação ao longo da vida, permitindo que as próximas gerações também o façam (DALLEPIANE, 2006, p70).

Dentro do movimento que visa à melhoria da qualidade de ensino, estão as unidades formadoras de educadores, incluindo o Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que preocupada com o processo de melhoria da educação reformula o seu currículo e oferece a área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos. Temos assim como principal objetivo, averiguar como se dá a formação dos pedagogos voltados para EJA. Neste sentido buscamos analisar se a formação oferecida pela UFPB esta atendendo as necessidades dos futuros profissionais que irão trabalhar com jovens e adultos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu primeiramente da necessidade de entender, a partir da visão dos educandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a formação que lhes é oferecida dentro da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Sentimos a necessidade de trabalhar este tema por participar da área de Aprofundamento em EJA e por querer oferecer a UFPB uma pesquisa que trará contribuições para melhoria da formação dos futuros pedagogos.

A partir destas reflexões, levantamos as seguintes questões:

Em que contexto histórico ocorreu esse movimento de valorização da EJA? Quais documentos nacionais asseguram a formação de professores para atuar na EJA? Quais as

mudanças ocorreram no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia? Como vem se dando a formação dos pedagogos para atuar na EJA?

Após os questionamentos acima delimitamos os seguintes objetivos:

Geral

- ✓ Conhecer como vem se dando a formação de pedagogos da UFPB voltados para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Específicos

- ✓ Compreender o contexto histórico da trajetória da EJA no Brasil;
- ✓ Analisar documentos nacionais a proposta curricular para EJA;
- ✓ Averiguar o que diz o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB sobre a EJA;
- ✓ Identificar como vem se dando a formação de pedagogos dentro da UFPB, especificamente para modalidade da EJA.

Esta pesquisa será desenvolvida por meio de um estudo de campo a partir de uma abordagem quati-qualitativa.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002).

Este tipo de pesquisa vem sendo bastante utilizada no âmbito educacional, devido à relevância de suas características fiéis ao objeto a ser analisado. Visto que o estudo de campo consiste no maior aprofundamento das questões apresentadas, assim como as inúmeras técnicas de observação, permite ao pesquisador a possibilidade de desenvolver uma experiência *in loco* com o fenômeno a ser estudado. Portanto, executarei o desenvolvimento deste estudo o mais fidedigno possível, utilizando análise documental, entrevistas e questionários.

Este estudo exploratório será realizado primeiramente por meio de bibliografias e na Universidade Federal da Paraíba no campus I de João Pessoa, onde observaremos como

vem se dando a formação de pedagogos para um trabalho efetivamente válido na EJA e a trajetória universitária destes alunos, visto que é de grande relevância esse estudo para então perceber o impacto desta formação para nossa sociedade.

Assim, a análise investigativa se iniciará com estudos e leituras sobre a formação dos alunos de pedagogia e sua relação com a EJA, leitura do PPC de pedagogia da UFPB e sua contribuição para EJA, leitura e documentos nacionais sobre a EJA e compará-los com o PPC de Pedagogia, estudos bibliográficos almejando entender quais os objetivos e metas na formação de professores que irão atuar na EJA.

Tomaremos como foco investigativo, turmas de pedagogia que já cursaram os componentes curriculares da Educação de Jovens e Adultos e estão cursando a área de aprofundamento EJA, de modo que por meio de questionários e entrevistas buscaremos entender na prática a percepção destes alunos sobre a sua formação, a importância para o futuro trabalho com Jovens e Adultos, as possíveis lacunas deixadas na formação e sugestões que possam melhorar o nosso curso. Também buscaremos como complemento, a concepção de professores da universidade que formam educadores neste componente curricular.

Reforçando o tipo de abordagem que utilizarei – quanti-qualitativa, trataremos os dados a partir de tabelas e quadros, com o propósito de tornar a publicação dos dados mais objetiva e compreensível.

1 CONTRIBUIÇÕES DA TRAJETÓRIA E TEÓRICOS DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos vem recentemente sendo discutidas em eventos em prol da melhoria da educação no nosso país. Mas as recentes iniciativas do poder público em buscar metodologias adequadas para EJA se deram depois de séculos de uma educação de adestramento que dominou o sistema educacional brasileira. A história da EJA está diretamente relacionada com a história política e econômica do nosso país, ou seja, a educação de jovens e adultos antecedeu os registros documentais oficiais da educação no país, pois ocorreu desde o tempo colonial do Brasil.

Este capítulo abordará uma breve trajetória da EJA no Brasil e as características desta modalidade nas principais fases de nossa história, a formação dos educadores da EJA, alguns pontos da história até os dias atuais e as contribuições da teoria de Paulo Freire para a construção de uma educação efetivamente válida para jovens e adultos.

1.1 Breve histórico da EJA no Brasil

A história da Educação de Jovens e Adultos, denominada assim há pouco tempo, começa com a chegada dos jesuítas após o “descobrimento” das novas terras pelos portugueses. Os jesuítas chegaram ao nosso país por volta de 1499, com objetivo de “educar” as crianças e adultos indígenas que aqui moravam, ensinando-lhes a língua e costumes dos portugueses. Assim os jesuítas foram os primeiros educadores brasileiros, de modo que os índios não foram seu início público, durante o tempo em ficaram à frente da educação brasileira ensinavam leitura, escrita e conhecimento dos cálculos matemáticos aos ranços vindos de Portugal, e logo depois alguns escravos africanos.

A melhor forma de transmitir os costumes europeus era por meio do conhecimento, porém o principal era propagar a fé cristã.

os jesuítas dedicaram-se a duas coisas principais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo. Através do seu trabalho de catequizar, com o intuito de salvar as almas, abrindo caminho para entrada dos colonizadores, com seu trabalho educativo na medida em que se ensinavam as primeiras letras, ao mesmo tempo ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus (SALDANHA, 2009).

Mesmo os jesuítas tentando também atender aos objetivos da coroa portuguesa que era formar moralmente pessoas obedientes a Portugal, o governo se negou a qualquer

responsabilidade com a educação brasileira, ou seja, a igreja era a única responsável com a formação dos jesuítas educadores, com pagamentos dos mesmos (vale ressaltar que eles eram muito bem remunerados e valorizados), com a construção de uma metodologia adequada aos interesses da igreja, da coroa e da construção das primeiras escolas do Brasil.

Após 200 anos de controle total sobre a educação brasileira, os jesuítas foram expulsos do nosso país, dando espaço a um novo modelo educacional. Foi no período imperial espaço de tempo em que ocorreram as grandes mudanças na educação, a partir de então o estado assumiu a responsabilidade com o sistema educacional brasileiro com muitas características que marcaram essa época na educação, principalmente influenciadas pela vinda da família real para o Brasil, destacando-se a formação de pessoas para trabalhar com a família real, uma educação formadora para elite e instrutora para as camadas dominadas. Para a EJA neste período destacava-se a criação de escolas noturnas, de modo, que o estado buscava alfabetizar os adultos e instruí-los a tornarem-se mais “civilizados”, o estado interessava-se em atender este público, mas de forma superficial, pois lhes oferecia o “saber ler e escrever”, mas não uma formação crítica e reflexiva sobre o seu meio social.

Durante o período republicano, mesmo com todas as mudanças políticas ocorridas em nosso país, à educação de jovens e adultos se mantidas praticamente a mesma do império, porém este período foi marcado por debates políticos sobre a falta de qualidade na educação, altas taxas de analfabetos e propostas de mudanças que privilegiavam uma educação para todos, pena que durante algum tempo tudo não passou do papel. A educação jovens e adultos começou a ter seus primeiros destaques importante na década de 30 por influência do processo de industrialização e crescimento da urbanização do Brasil, essa década é marcada pela propagação de escolas noturnas que visava formar jovens e adultos para o trabalho na indústria, ou seja, capacitar a sociedade de maneira técnica para atender as novas demandas do mercado de trabalho.

Apesar do tímido processo de valorização da EJA, suas especificidades de ensino ainda não tiveram nenhum destaque, o que se propunha era ensinar a ler e escrever, pois a formação de um cidadão crítico e reflexivo socialmente poderia prejudicar o domínio que o governo tinha sobre o povo. Na década de 40 a EJA começa a sofrer uma série de transformações, as altas taxas de analfabetismo e a crescente marginalização, obrigaram o governo, que recentemente havia saído de um período ditatorial, oferecer alguma responsabilidade para sociedade como solução destes problemas,

iniciativas oficiais no campo da EJA, em nível nacional, só vieram ocorrer na década de 1940, em meio á turbulências das discussões políticas, marcadas por uma interna em prol da redemocratização nacional. Contribuíram para a realização da Campanha de Educação de Adolescentes Adultos (CEAA), iniciada em 1947, as pressões de organismos internacionais – que viam no analfabetismo a causa das mazelas do povo e dos atrasos econômicas dos países –e, também, a ação das esquerdas no Brasil que pressionavam em favor da multiplicação de oportunidades de educação política e escolar da classe trabalhadora ou das populações financeiramente desprovidas (SILVA, 2006, p. 208).

Esse foi um período de transição que marca a historia da EJA pelo fato de ocorrerem às discussões políticas, a realização da CEAA, 1º Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos (1947), Seminário Interamericano de Educação de Adultos (1949), entre outros, o desenvolvimento de pesquisas para a melhoria da qualidade da Educação de Jovens e Adultos.

Já na década de 1950 até 1964 foi o período marcado pela mobilização social em busca da melhoria dessa educação, e Paulo Freire foi o mais importante disseminador de novas ideias pedagógicas sobre as metodologias de ensino-aprendizagem, que valorizavam os alunos da EJA. Em 1958 aconteceu o II Congresso nacional da Educação de Adultos,

seu objetivo seria o estudo do problema da educação dos adultos em seus múltiplos aspectos, visando seu aperfeiçoamento. Tratariam os congressistas de dar um balanço nas realizações brasileiras, bem como de estudar as finalidades, formas e aspectos sociais da educação de adultos, seus problemas de organização e administração, além dos métodos e processos pedagógicos mais adequados a esse tipo de educação (PAIVA, 1983).

Foi nesse congresso o espaço de exposição da falta de interesse do governo para com a EJA, no qual ocorreu uma apresentação dos problemas educacionais da época, como a precariedade dos prédios, a falta de material didático adequado, a dificuldade da qualificação dos professores e etc. E por meio deste surgiu também o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), dirigido po Paulo Freire.

Porém toda luta e esforço do político e social para melhoria da qualidade da EJA foi abafado em 1964 com o golpe militar e o inicio de uma nova ditadura. Até a década de 80 a educação de jovens e adultos, nesta época chamada de ensino supletivo retrocedeu em alguns aspectos, Paulo Freire foi exilado, pois o governo temia que suas ideias de formação de ser socialmente consciente poderia prejudicar o controle do governo sobre a população. Entretanto o governo não podia esquecer totalmente dos sujeitos da EJA e criou em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Este com a iniciativa governamental

tinha por objetivo a alfabetização superficial dos jovens e adultos, ou seja, ensinar-lhes a ler e escrever, porém não entender a mensagem que os textos transmitiam. Assim podemos entender que,

o objetivo do programa era fazer uma educação como adaptação aos padrões de vida modernos; preparar mão de obra para o mercado de trabalho e acabar com os focos de conscientização política presente nos programas executados no período de 1960 à 1964 (COSTA).

Outro marco histórico desta época foi à criação da LDB 5692/71 que referia o seguinte,

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir, a escolarização regular para os adolescentes e adulto que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte. Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25 O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. § 1º Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam. § 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Apesar desta lei não suprir todas as necessidade educacionais, por muitas ocasiões não sair do papel, foi um importante passo para o reconhecimento em atender educacionalmente adolescentes e adultos que na tiveram a oportunidade e o acesso à escola que criança.

Na década de 1980, o Brasil começa a vivenciar um novo momento político, o fim da ditadura militar, que influencia diretamente na Educação de Jovens e Adultos. Com o fim do controle total da educação brasileira pelos governantes, o desenvolvimento de projetos e pesquisa sobre a alfabetização de jovens e adultos retoma ser discussão sobre a formação de um ser crítico e reflexivo socialmente, propondo novas metodologias de ensino que se baseavam nas experiências de Paulo Freire.

Com estas expectativas foi extinto o MOBREAL em 1985 que não atendia as novas necessidades educacionais e criado a Fundação Nacional da Educação de Jovens e Adultos – Educar (Fundação Educar), no ano de 1985 quando, “o governo federal optou por abandonar a execução direta dos serviços educacionais, passando a órgão do fomento e

apoio técnico mediante a assinatura de convênios com órgãos estaduais e municipais de ensino, empresas e entidades comunitárias” (DI PIERRO, 1991, p. 25 in COSTA), isso implica dizer que a partir de então o governo se desobrigou da responsabilidade com a EJA.

Em 1988, para reafirmar o novo formato educacional e garantir uma educação para todos, foi criado o art. 208 na Constituição Federal que diz: *Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.*

No ano de 1990 a Fundação Educar foi extinta, moldando um novo formato para a educação de jovens e adultos,

representa um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, que representou a transferência direta da responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização jovens e adultos da União para os municípios. Desde então a União já não participa diretamente da prestação de serviços educacionais, enquanto a participação relativa dos municípios na matrícula do ensino básico de jovens e adultos atendeu ao crescimento contínuo (DI PIERRO in COSTA).

Esta década foi marcada por dois principais fatores, a falta de criação de políticas públicas que atendessem ao desenvolvimento social e uma grande mobilização nacional e internacional de educadores que buscaram uma melhoria na EJA. A consequência deste segundo fator foi o grande número de eventos, encontros e conferências que foram acontecendo em todo território nacional, afim de, melhorar a qualidade de ensino oferecido aos alunos da EJA, deste modo, podemos destacar os principais, a V CONFITEA, o 1º ENEJA e os Fóruns Estaduais da EJA que se multiplicou em todo país.

No ano de 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, sendo uma grande conquista vitoriosa, visto que atendia as especificidades educacionais desses sujeitos. Nesta nova LDB, o antigo ensino supletivo passou a se chamar Educação de Jovens e Adultos recebendo as seguintes particularidades, seguintes:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

Poucas mudanças ocorreram até o ano de 2003, quando o governo federal anunciou por meio do MEC a prioridade com a EJA e criou o Programa Brasil Alfabetização com o objetivo de financiar programas municipais e estaduais de regiões consideradas precárias, e assim diminuir e tentar acabar com as altas taxas de analfabetismo em todo país.

Há muito tempo os brasileiros lutam por uma educação de qualidade para todos e esta luta popular foi o principal fator da evolução educacional do nosso país. Com passos lentos e contínuos, mesmo com as dificuldades políticas e históricas a EJA alcança um novo objetivo a cada dia, porém hoje temos a consciência que a alfabetização desses sujeitos não é só uma preparação para o mercado de trabalho, mas um crescimento intelectual e um exercício da cidadania.

1.2 Contribuições teóricas de Paulo Freire

Paulo Freire foi um grande revolucionário da educação brasileira voltada para jovens e adultos, apresentando métodos e técnicas de alfabetizar que embutiam princípios e valores sociais para a formação de um ser completo. As altas taxas de analfabetismo marcaram negativamente o país nas décadas de 50 e 60, deste modo Paulo Freire que sempre apoiou as lutas dos movimentos sociais e incomodado com a situação educacional dos menos favorecidos, resolveu intervir e transformar a realidade da educação que era ofertada aos jovens e adultos. Apesar de ter se formado em direito ele é considerado um dos maiores educadores de nosso país, não por títulos de formação, mas sim pelo seu trabalho realizado no meio social.

Durante muito tempo, jovens e adultos analfabetos, de classes populares, eram vistos como um fardo para sociedade e/ou uma doença que manchava o meio social criado e controlado pelos mais ricos (que se consideravam os únicos cidadãos). A proposta de educação freiriana era mostrar, para estes sujeitos oprimidos socialmente pelo poder econômico, a sua importância como criador de sua cultura, libertá-los da culpa de incapacidade intelectual e oferece-lhes a oportunidade de recuperar a auto-estima por meio do reconhecimento de sua importância na sociedade e do direito de cidadania que há muito lhe é negado.

A teoria criada por Paulo Freire buscava romper os paradigmas da educação tradicional, pois este modelo educacional é um espaço onde o conhecimento é transmitido de forma pronta e acabado, que não induz a reflexão, mas sim a submissão de ideias de um sistema elitista e alienador. Para então mudar esta realidade e contribuir para uma educação de jovens e adultos de qualidade, Freire criou uma série de teorias e novas nomenclaturas para um novo modo de alfabetizar que se construía por meio de sua prática como educador. Para Paulo Freire,

A prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo. O pensamento que ilumina a prática é por ela iluminada tal como a prática que ilumina o pensamento é por ele iluminado (FREIRE).

Freire buscou ideias base para acabar com o modelo de escola excludente e discriminatória que infelizmente ainda hoje presenciamos em nosso sistema educacional, e que atinge diretamente as classes mais populares. Para ele o saber era a única forma de transformar a sociedade. Deste modo buscava por meio da alfabetização aproximar os alunos da sua realidade, para que eles pudessem transformá-la.

Como um ato de conhecimento, o processo de alfabetização implica na existência de dois contextos dialeticamente relacionados. Um é o contexto do autêntico diálogo entre educadores e educandos, enquanto sujeitos de conhecimento. É o contexto teórico. O outro é o contexto concreto, em que os fatos se dão na realidade social em que se encontram os alfabetizandos (FREIRE, 1974).

Paulo Freire propôs, experimentou e aprovou um novo modelo de alfabetização, em que os alunos são seres participantes no processo educativo, construtores dos seus conhecimentos e conseqüentemente propagadores de sua cultura.

Mas para que tudo isso se tornasse verdade e também possa se concretizar nos dias atuais é essencial oferecer aos alunos a possibilidade de uma alfabetização em que os conteúdos se aproximem da realidade dos educandos, ou seja, que a aquisição do alfabeto (leitura e escrita) parta do concreto e imediato; que o conhecimento cotidiano, os seus saberes e as experiências por eles vivenciadas sejam levados em consideração como um saber popular que tem valor e pode ser agregado ao saber científico no espaço escolar; que se necessita do diálogos/discussões entre educadores e educandos, pois estas conversas serão a base para entender os anseios e expectativas dos alunos; as aulas devem provocar a participação livre e crítica dos alunos, deve ser um espaço de formular de ideias e instigar reflexões; que haja participações em grupo e que estes momentos mantenham-se como importante troca de conhecimentos, experiências e oportunidade de contemplação e incorporação de novas aprendizagens; que os professores sejam mediadores de todo este processo, interferindo quando necessário e facilitando o saber; e por fim é fundamental que haja uma,

Harmonização entre o formal e não-formal. O direito à educação não é apenas o direito de ir a escola, mas direito de aprender na escola e ter acesso a oportunidade de educação não-formal (cinema, teatro, esporte, cultura, lazer...): “a marca que queremos imprimir coletivamente às escolas privilegiará a associação da educação formal com a educação não-formal. A escola não é o único espaço da veiculação do conhecimento. Procuraremos identificar outros espaços que possam propiciar a interação de práticas pedagógicas diferenciadas de modo a possibilitar a interação de experiências”. (FREIRE, 1991:16 in GADOTTI).

Este conjunto de ações proporciona o ato de alfabetizar trabalhando com a realidade das situações históricas pertinentes a vida dos sujeitos. Os professores buscam por meio do diálogo conhecer os sonhos particulares dos educandos, motivando-lhes a realizá-los e fazendo com que eles acreditem em si mesmos. A meta não é só ensinar jovens e adultos a ler e escrever, é formar sujeitos pensadores e formadores de opinião, que saibam reconhecer o seu papel dentro da sociedade e sensibilizar-lhes de seus direitos e deveres como cidadãos. É imprescindível que haja,

Uma educação como prática da liberdade, condição para vida democrática: educação como produção e não meramente como transmissão de conhecimentos; a educação como um ato dialógico (recusa do autoritarismo), ao mesmo tempo rigoroso e imaginativo. A educação tradicional, “bancária”, humilha o aluno e lhe tira a autonomia e a alegria de aprender. Na Educação Popular, diálogo é sinônimo de

educação: ele pressupõe reciprocidade e igualdade de condições. (BEIGIEGEL, 2008 in GADOTTI).

Isso implica dizer que a proposta desta educação, é que por meio da alfabetização o homem possa interagir com o mundo que o cerca, participando ativamente de sua realidade e compreendendo a sua importância e papel como ser social, para então tentar melhorar a sua vida e a sua comunidade.

Apesar de essas contribuições terem sido criadas há algumas décadas, a necessidade de usá-las na educação de jovens e adultos é muito atual. É uma rica contribuição para os futuros educadores da EJA, pois é uma importante base teórica a ser trabalhada em sala de aula. É certo que algumas atualizações são fundamentais, pois a sociedade mudou e novas práticas sociais e culturais surgiram ao longo da história, havendo assim uma possibilidade de agregar novos conceitos e métodos que melhorem ainda mais a educação de nosso país.

1.3 O papel do professor da EJA

Entendemos que é difícil traçar um perfil concreto para os professores da EJA na sociedade atual, visto que as exigências necessárias encontram-se dentro de um contexto econômico, político e cultural em constante movimento que todos os dias apresentam um novo desafio educacional. Porém há uma característica que sempre se fará presente nesses educadores, à necessidade de oferecer aos alunos da Educação de Jovens e Adultos uma educação dentro dos princípios da cidadania.

uma educação de vocação cidadã é uma educação política. É uma educação destinada a formar pessoas capazes de viverem em busca da realização plena de seus direitos humanos no mesmo processo de consciência crítica e de prática reflexiva com que se sentem convocados ao dever cidadão de participar de maneira ativa na construção dos mundos de sociedade e cultura de suas vidas cotidianas (BRANDÃO, 2002, p. 95).

Durante todo percurso histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, percebemos que um conjunto de mudanças que norteiam os diferentes meios sociais que influenciaram diretamente na formação dos educadores. Há pouco tempo atrás às qualidades e habilidades que se buscava nestes professores eram completamente diferentes das atuais, principalmente por alguns anos não existia uma preocupação com a formação destes sujeitos. Os cursos de formação de professores ofereciam uma educação totalmente instrutiva e ensinava-se aos futuros educadores a fazerem o mesmo com os seus alunos, ou

seja, depositar conhecimentos que eram vistos como certos e absolutos e muitas vezes não faziam nenhum sentido na vida dos educandos.

Depois de muitas lutas em busca da melhoria da educação voltada para jovens e adultos e da criação de documentos nacionais que são essenciais para ser um fazer pedagógico verdadeiramente válido para a vida dos alunos, as competências exigidas para ser um educador de jovens e adultos também mudaram. Por isso fica mais difícil traçar o perfil desse profissional, mas alguns esforços são necessários para adquirir essa formação no contexto social atual.

O professor da EJA tem que entender que educar jovens e adultos é diferenciado dos métodos para crianças, ou seja, “a Educação de Jovens e Adultos possui lógica e filosofia própria que exige um tratamento distinto do praticado no ensino dirigido às crianças” (SILVA, 2006, p. 216), deste modo o educador necessita de uma base teórica e metodológica sólida que o faça entender as particularidades desta modalidade educacional. Ele também precisa conhecer a realidade social de seus alunos, interagir com os mesmos, tanto dentro quanto fora de sua sala de aula, para então conhecer as expectativas e anseios que levaram eles a voltar para escola. Esses alunos esperam muito mais da escola do que podemos imaginar por isso essa relação de afetividade entre professor e aluno se faz necessária.

não é qualquer jovem ou adulto. São jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-raciais, do campo, da periferia. Se esse perfil de educação de jovens e adultos não for bem conhecido, dificilmente estaremos formando um educador desses jovens e adultos (ARROYO, 2006, p.22).

Estes alunos buscam saberes que façam sentido na sua vida, conhecimentos que irão usar em seu dia-a-dia, que lhes ajude a conviver melhor em sociedade, seja na escola, igreja ou trabalho, dando-lhes a oportunidade de transformar a realidade em que vivem, deixando de serem meros excluídos e passando a serem atores principais na construção de sua cultura e meio social. Assim o professor tem que acreditar que essa mudança é possível, na capacidade dos seus alunos em lutar e alcançar seus objetivos sejam eles quais forem.

Outra característica atual é que não apenas um mero transmissor de informações é um mediador para a construção de novos conhecimentos e aprendizagens que façam

sentido na vida dos sujeitos. Tal mediação se dá por meio da relação que existe entre o professor e o aluno, um tratamento de afetividade é fundamental para obter uma boa aprendizagem. O professor deve atuar com diferenças, pois em uma turma da EJA há jovens e adultos vindos de diferentes realidades sociais e culturais, cada um com sua concepção de mundo e próprios conceitos, nessa perspectiva da construção do relacionamento interpessoal, o professor deve levar tudo isso em consideração. A função do professor é interagir com estas diferenças para então conseguir mediar a aprendizagem.

E por fim, o professor precisa estar sempre atualizado, pois os métodos e técnicas educacionais se aprimoram a cada dia, sendo uma exigência no processo de aprendizagem, pelo fato do seu trabalho ser uma área em que os sujeitos tem diferentes particularidades, a visão de mundo dos alunos da EJA já esta formada, visto que são sujeitos com varias experiências de vida e muitos já trabalham. Esse regresso à escola tem que despertar os interesses dos alunos para eles permanecer nas escolas. Assim os professores devem aprimorar sua formação para que sua didática seja sempre uma novidade e então induzi-los a permanecer em sala de aula.

2 BREVE ANALISE DOS DOCUMENTOS BASES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA

Para toda formação é necessários a criação de políticas públicas e documentos que sejam a base teórica do trabalho a ser realizado em sala de aula. Assim este capítulo apresenta alguns dos documentos mais importantes para a base educacional no trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, destinada aos cidadãos do nosso país.

2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais da EJA e Constituição Federal de 1988.

A Proposta Curricular Nacional da EJA é um documento base para que os professores da educação de jovens e adultos tenham uma assistência para elaborar possibilidades didáticas para o trabalho em sala, unindo as temáticas dos conteúdos da proposta à realidade da comunidade escolar a qual este professor esta inserido. “Assim, este trabalho representa para o MEC a possibilidade de colocar à disposição das secretarias estaduais e municipais de educação e dos professores de educação de jovens e adultos um

importante instrumento de apoio, com a qualidade de referencial que lhe é conferida pelo notório saber de seus autores” (BRASIL, 2001, p.5). Este documento tem por objetivo oferecer uma direção para formulação de programas e projetos que contemplem a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos que é oferta hoje em todo território nacional, também é uma forma de engajar educadores nesta modalidade educacional ainda tão pouco valorizada, mas que toma proporções cada dia mais visíveis por conta do contexto político democrático do nosso país e do processo de globalização que influencia o meio educacional.

No Brasil, de acordo com o relatório final da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio elaborada pelo IBGE (Índice Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2012 a população de analfabetos era de 12,9 milhões de pessoas, dentre estes, 8,6% da população total do país com mais de 15 anos eram analfabetos. Por isso conhecer este documento é tão importante, para tentar acabar com estes índices tão alarmantes, afinal a Constituição Federal de 1998 garante o direito do ensino fundamental em todas as faixas etárias. O Artigo 208 da Constituição Federal de 1988 diz:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

A constituição de 1988 institui à oportunidade de toda a população ter acesso à escola, independente de raça, cor, religião ou idade, garantindo que todos os cidadãos do nosso país tenham direito a educação, até mesmo para aqueles que já passaram da idade de escolarização regular. Para então garantir o que tem dito na constituição, várias leis de formação de professores foram criadas para que os educadores que forem trabalhar na

modalidade da EJA estejam muito bem preparados e que este trabalho se torne uma experiência de sucesso e inclusão.

Deste modo, o PCN da Educação de Jovens e Adultos conhecendo a presente realidade brasileira e apoiado pela constituição oferece um meio para que a escola motive os alunos a voltarem a estudar, atendendo as suas expectativas, ampliando os interesses, apresentado aos mesmos a nova escola (diferente da que eles conheciam), criando um vínculo positivo com escola, promovendo experiências prazerosas de aprendizagem, estimulando a autonomia dos alunos, levantando a auto-estima, valorizando as suas experiências, ampliando seu conhecimento científico e sua capacidade cognitiva.

Este documento inicia-se com um pouco da história da EJA no Brasil, pontuando alguns importantes momentos históricos desde a década de 1930 até os anos 1990. Destaca o perfil dos jovens e adultos que compõe a realidade da EJA, o contexto social a qual elas fazem parte e a influência das dimensões econômica, política e cultural que influenciam diretamente no seu modo de agir e pensar com relação ao seu meio educacional. As características essenciais para um verdadeiro educador desta modalidade. Um conjunto de conteúdos nas áreas de português, matemática e sociedade e natureza. E finaliza oferecendo ideias para o trabalho destes conteúdos em sala, contribuindo para a construção de atividades didáticas, desde o planejamento até a avaliação.

As orientações curriculares aqui apresentadas referem-se à alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, cujo conteúdo corresponde às quatro primeiras séries do 1º grau. Elas não constituem propriamente um currículo, muito menos um programa pronto para ser executado. Trata-se de um subsídio para a formulação de currículos e planos de ensino, que devem ser desenvolvidos pelos educadores de acordo com as necessidades e objetivos específicos de seus programas (BRASIL, 2001, p.14).

No bloco dedicado ao português ou ao ensino da língua portuguesa, tem por objetivo aperfeiçoar a comunicação e o aprendizado da leitura e escrita. Proporcionando novos conhecimentos sobre a linguagem oral e a linguagem escrita, por meio da leitura, interpretação e produção de textos. Deste modo o PCN propõe o uso de texto para a aprendizagem da linguagem oral, do sistema alfabético e ortografia, leitura e escrita, pontuação e análise linguística. No bloco de matemática o objetivo é oferecer mais um instrumento de interpretar informações sobre o mundo, valorizando sua importância dentro da cultura de cada um dos sujeitos. Oferece informações de procedimentos e métodos para o uso da matemática em sala, apresenta os problemas matemáticos como um meio para a

aprendizagem, aponta alguns materiais que podem ser usados e a forma de usá-los e os conteúdos que podem ser trabalhados, sendo eles números e operações numéricas, medidas, geometria e introdução à estatística. O último é o bloco de estudos da sociedade e da natureza tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento de valores, conhecimentos e habilidades que ajudem os educando a entenderem a realidade que os cercam de forma crítica, tornando-os seres conscientes e participativos no seu meio social. Apresenta meios de aliar os conhecimentos dos jovens e adultos e as aprendizagens escolares, por meio de estratégias ao abordar os conteúdos e usando diferentes fontes de conhecimentos. Os conteúdos trabalhados neste bloco são o educando e o lugar de vivência, o corpo humano e suas necessidades, cultura e diversidade cultural, os seres humanos e o meio ambiente, atividades produtivas e relações sociais e cidadania e participação.

Em todos os capítulos, há notas com indicações bibliográficas para os educadores que desejam se aprofundar em temáticas específicas. Com esse conjunto articulado de objetivos e conteúdos educativos, referências e sugestões didáticas, pretenderam-se esboçar um mapa que orientasse as opções das equipes envolvidas na elaboração curricular e no planejamento. Essas opções, entretanto, devem referir-se principalmente aos contextos educativos de que participam. É somente nos contextos específicos que este mapa pode associar-se a paisagens vivas, que de fato orientem os caminhos dos educadores e educandos (BRASIL, 2001, p.17).

A EJA é uma das formas de acabar com as desigualdades que existem na sociedade, é um meio para oferecer um pouco mais de cidadania para aqueles sujeitos que foram excluídos/oprimidos pelas classes dominantes e se encontram nas margens da sociedade, mostrar a sua importância como participante ativo de sua cultura e apresentar um novo caminho para construção de seu futuro de sua história. Por isso toda base teórica para a formação dos professores que trabalharão nesta modalidade é muito rica para o nosso sistema educacional.

Os futuros estocadores da EJA, comprometidos com a educação brasileira, tem o no PCN importantes ferramentas, para planejar as suas aulas. O PCN não deve ser mais um documento de gaveta, deve fazer parte dos livros de cabeceira dos professores que desejam uma educação de qualidade para o nosso país.

2.2 LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais

Na nossa busca em tentar responder sobre a formação dos educadores da EJA, faz - se necessário compreender o que está proposto na Lei de Diretrizes e Bases que nos apresenta algumas finalidades em relação ao que se esperam dos discentes no ensino superior, em seu capítulo IV,

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996)

Outro documento que nos possibilitou algumas análise foram as DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), dos Cursos de Graduação que orientam o perfil do formando egresso, as competências e habilidades gerais e específicas, os conteúdos curriculares, os estágios e atividades complementares, a organização do curso que deve ter um Projeto Pedagógico construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador do processo ensino-aprendizagem. Também as DCNs apontam orientações referentes tanto ao acompanhamento e avaliação da implantação e desenvolvimento das DCNs, como das avaliações dos alunos e do processo de ensino-aprendizagem.

Objetivos e Metas das Diretrizes Curriculares Nacionais, são:

- Conferir maior autonomia as Instituições de Ensino Superior (IES) na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e as habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo de educação permanente;
- Propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço o aluno.
- Otimizar a estruturação modular dos cursos com vistas a permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como, a ampliação da diversidade da organização de cursos;
- Contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;

Em relação à Educação de Jovens e Adultos a LDB na seção V,

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996)

Outro documento que possui informações e argumentos relevantes são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, conhecida com Parecer 11/2000 foi produzida no âmbito de Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, tendo como relator o conselheiro Jamil Cury. Para melhor compreensão destacamos três pontos principais:

- Consiste no fato de que as Diretrizes consideraram a EJA como uma modalidade de ensino específica, relativa à educação básica, porém essa modalidade logo se estabeleceu nas etapas fundamental e média, respeitando aqueles que não tiveram acesso à escolaridade ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, visando estimular a permanência dos trabalhadores na escola.
- Trata-se sobre as funções reparadora, equalizadora e qualificadora atribuída a EJA. A função reparadora se constitui da restauração do direito a uma escola de qualidade que foi negado historicamente aos brasileiros, tendo em vista reparar a dívida social para com os brasileiros que se viram excluído deste saber social. A função equalizadora propõe possibilidade de distribuição do bem-social tendo em vista a igualdade de oportunidades. Esta função aplica-se àqueles que não tiveram o acesso e a permanência na escola, os quais deverão receber maiores oportunidades que outros, afim de, restabelecer sua trajetória escolar e poder de participar no jogo social. Por última, a função qualificadora, que se configura como a viabilidade da atualização permanente das competências e habilidades dos indivíduos.
- Refere-se às exigências da formação peculiar do educador da EJA, sem a qual os pressupostos ético-jurídicos, fixados nas Diretrizes, pedem efetividade. Com efeito, o Parecer destaca a preocupação com a formação específica e a qualificação do educador de jovens e adultos, rejeitando a prática voluntária e buscando uma formação sistemática que a EJA requer. O educador da EJA deve se preparar e se qualificar para desenvolver ações pedagógicas que contemplem as necessidades dos educandos, suas experiências sócio-culturais.

2.3 Proposta Plano Nacional de Educação – PNE (2011-2020)

O Plano Nacional de Educação é um documento de grande relevância, visto que ele reúne um conjunto de estatísticas demográficas e indicadores educacionais sobre a atual situação do país. Como o principal propósito de,

mais uma vez, incentivar e orientar os estados, o Distrito Federal e os municípios no cumprimento da tarefa de elaboração dos seus planos decenais. Ao mesmo tempo, representa um primeiro esforço de identificação e mensuração dos principais desafios e dos principais desafios e dos meios necessários para superá-los, a fim de que fossem cumpridas as metas do PNE. (PNE, 2011-2020)

Tentando identificar a educação superior no contexto atual destacamos apenas a temática, currículo e formação, sendo essa direcionada a nossa pesquisa, cabendo registrar os pontos aprovados para a educação superior sobre essa temática fica claro a preocupação com:

a) disponibilizar docentes para todas as atividades curriculares e de formação, incluindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior; b) promover a formação e a valorização dos profissionais da educação, fortalecendo e ampliando as licenciaturas, bem como a formação continuada de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*), sobretudo nas instituições públicas de ensino superior, tornando-as espaço efetivo de formação e profissionalização qualificada e de ampliação do universo social, cultural e político para esses profissionais. (PNE, 2011-2020).

No tocante à educação superior precisa dar atenção a formação desses alunos, já que os perfis profissionais desses sujeitos vem sofrendo constantes transformações no mundo do trabalho, as instituições devem assumir uma função formativa mais ampla, cidadã e articulada com a vida social e com o mercado de trabalho.

Também buscamos verificar atual situação da Educação de Jovens e Adultos, identificando seus problemas e desafios, sendo o principal conseguir que os alunos voltem à escola, mas para que isso ocorra é necessária uma organização da escola. Isso requer escolas próximas à residência ou local de trabalho, um projeto político pedagógico elaborado de acordo com a necessidade da comunidade local, dentre as preocupações desse documento destacamos duas que está diretamente relacionada com a pesquisa.

A primeira refere-se à melhoria da qualidade do ensino que determina uma formação docente específica para o nível de ensino, obtida no período do curso da licenciatura escolhida, com professores que possuir pós-graduação, garantido ainda, uma formação continuada. A segunda trata-se da formação para o mercado e trabalho gerando uma garantia de valorização do profissional do magistério assegurando planos de carreira. Porém as duas não estabelecem etapas para alcançar seus propósitos, deixando com dificuldades de elaboração dos indicadores de avaliações, com isso só serem avaliadas no final do período estabelecido por este documento.

3 FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA EJA NA UFPB

O Projeto político do curso de pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba/ Campus I – João Pessoa foi elaborado a partir de uma construção e reconstrução de técnicas e metodologias que contemplam as necessidades educacionais da sociedade atual e sempre estará se renovando de acordo com as mudanças exigidas pelo meio de atuação. As reflexões base deste projeto buscam formar os professores/pedagogos com consciência crítica da sua importância social em seu espaço de atuação.

3.1 Projeto Pedagógico do Curso

Para compreendermos a construção dos PPC's precisamos conhecer melhor sua origem. O que são os PPC's? O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de graduação expressa os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Está em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado. O PPC de graduação deve estar sintonizado com nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma de sociedade e de educação, garantindo a formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos. Desta maneira o ensino de graduação, voltado para a construção do conhecimento, não pode orientar-se por uma estrutura curricular rígida, baseada no enfoque unicamente disciplinar e sequenciada de conteúdos confinada aos limites da sala de aula, onde o ensino tem por base a exposição submissa aos conteúdos descritivos (FORGRAD, 2000; FORGRAD, 2002). O mesmo deve ser construído num processo de planejamento participativo, sendo um trabalho conjunto de equipe, com representantes da administração, corpo docente e discente, ex-alunos, funcionários e comunidade.

O PPC é um documento de orientação acadêmica onde constam, dentre outros elementos: conhecimentos e saberes considerados necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais, serviços administrativos, serviços de laboratórios e infra-estrutura de apoio ao

pleno funcionamento do curso. Outro elemento constitutivo importante do PPC é o que deve estar em consonância com o perfil do egresso, tendo como orientação básica as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), cujo aperfeiçoamento implica a consideração dos resultados dos processos da avaliação.

O PPC e sua grade curricular devem seguir as orientações das diretrizes curriculares nacionais (DCNs), apesar de flexíveis e com mais liberdade na organização dos currículos, elas apontam as orientações que devem ser fundamentalmente adotadas em todas as instituições de ensino do País.

3.1.1 Projeto político do Curso de Pedagogia da UFPB

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) aprovou de acordo com Resolução nº 64/ 2006, o projeto político do curso de pedagogia desta instituição de ensino. Este documento tem como base legal para sua construção a LDB 9.394/1996, o parecer CNE/CP 05/2005, a Resolução 34/2004 CONSEPE/UFPB e a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 – institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia.

De acordo com o PPC,

o Curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivo à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, e/ou na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (PARAIBA, UFPB, 2006)

Afim de alcançar o objetivo almejado, a composição curricular contempla de forma dinâmica conteúdos que favorecem uma compreensão reflexiva crítica sobre educação e a sociedade, privilegiando o “fazer e o pensar” cotidiano, oferecidas por meio das atividades pedagógicas, tendo em sua maioria a base para o trabalho docente. Com a carga horária mínima de 3.210 horas de efetivo trabalho acadêmico, sendo distribuída da seguinte maneira: 1.680 horas para conteúdos básicos que servem como assistência as aulas, entre eles, seminários e visitas a instituições educacionais de natureza diferenciadas, sendo também contempladas 300 horas ao Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, Educação Infantil, Ensino Fundamental (series iniciais), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos; 1140 horas ficaram para os conteúdos completos obrigatórios,

envolvendo teorias e praticas, além dos Seminários Temáticos. Para os conteúdos optativos de interesse dos alunos ficaram destinadas 120 horas; Já para as participações em projetos de pesquisas, entre eles, Iniciação a Docência, de Iniciação Científica e participações em eventos com 270 horas.

Toda formação possui o seu campo de atuação específico, bem como suas competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo do curso, com propósito em preparar o aluno para a vida social e profissional. Para melhor compreensão dessas especificidades às destacamos em quatro planos: Ético, Intelectual, Político-social e Profissional, como mostra a tabela abaixo:

Planos	Descrição das Habilidades, Atitudes e Competências
Ético	Atuar com ética e compromisso com vista á construção de uma sociedade justa e igualitária, reconhecendo e respeitando as manifestações e necessidades dos educandos, demonstrando consciência e acatando a diversidade.
Intelectual	Relacionar às linguagens dos meios de comunicação aplicadas a educação, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de aprendizagens significativas.
Político-social	Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade, identificando problemas socioculturais e educacionais com uma postura investigativa com vistas a contribuir para superação de exclusões.
Profissional	Compreender e educar crianças de zero a cinco anos, crianças do Ensino Fundamental, jovens e adultos, de forma a contribuir para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social. Desenvolvendo trabalho em equipe com diálogo entre a área educacional e as demais áreas de conhecimento e aplicando métodos diferenciados adequados ao desenvolvimento dos alunos. Participar da gestão contribuindo para coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico e programas educacionais em ambientes escolares e não-escolares, afim de, desenvolver as experiências dos alunos sobre processo de ensinar e de aprender em diferentes meios ambientais, proposta curricular, organização do trabalho e das praticas pedagógicas, utilizando instrumento próprio para

	construção de conhecimentos pedagógicos e científicos. Estudar e aplicar as bases legais, encaminhado o resultado de sua avaliação as instancias competentes.
--	---

3.1.2 Particularidade do PPC especificas à Educação de Jovens e Adultos.

O projeto político do curso de pedagogia contempla a EJA os seguintes componentes curriculares: Educação de Jovens e Adultos; Estágio Supervisionado V - Magistério em Educação de Jovens em Adultos (Área de Aprofundamento); Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (Área de Aprofundamento); Alfabetização de Jovens e Adultos (Área de Aprofundamento); Educação e Movimentos Sociais (Área de Aprofundamento); Cultura e Educação de Jovens e Adultos (Complementares optativos); Educação Popular (Complementares optativos); e Teorias e Praticas da Educação Popular (Complementares optativos).

3.1.2.1 Componentes Curriculares básicos profissionais

Os componentes curriculares da Educação de Jovens e adultos é o único cursado por todos os alunos graduandos do curso de Pedagogia, esse possui 04 creditos, sendo cursado em um período de 60 horas, atualmente no 4º período. Por meio deste os alunos e futuros pedagogos tem acesso a teorias e metodologias do trabalho com jovens e adultos, o mesmo é o primeiro contanto que estes alunos têm com a EJA, assim durante este período cria-se a possibilidade de elaborar conceitos sobre educação popular, educação formal e não formal, tendo com base um processo histórico na importância social da EJA para o desenvolvimento do nosso País e do nosso Estado.

Na Área de Aprofundamento Educação de Jovens e Adultos, todos os componentes são cursados no 8º período possuindo carga horária de 60 horas cada um, com 04 de creditos. O Estágio Supervisionado V - Magistério em Educação de Jovens em Adultos é o principal, por meio dele os discentes tem a oportunidade de vivenciar a realidade das escolas da nossa sociedade, observando as situações vivenciadas pelos educadores da EJA e trabalhar em parceria, aplicando as teorias, metodologias e praticas aprendida durante o período cursado. Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, sendo um complemento do componente Educação de Jovens e adultos, pois faz um aprofundamento nos documentos históricos da educação de jovens e adultos que norteiam a sociedade brasileira, entendo a EJA como uma pratica social, e logo após como modalidade

educacional, ou seja, este componente oportuniza o acesso à aquisição de conhecimentos acerca dos fundamentos sócio-históricos, ético-jurídicos e político-pedagógico que permitiram o surgimento da EJA no Brasil.

Alfabetização de Jovens e Adultos apresenta a concepção de alfabetização e a maneira, como este conceito sofreu mudanças até chegar a uma compreensão atual, abordando as teorias e metodologias para alfabetizar os alunos dessa modalidade. Trata também sobre os processos de apreensão da leitura e da escrita, apresentando diferentes formas de alfabetizar atendo as necessidades dos diversos públicos que encontramos nas nossas escolas. Outro componente curricular cursado nesse período é Educação e Movimentos Sociais que posiciona o meio social como espaço educativo, às relações econômicas e sociais que influenciam diretamente na construção do conhecimento, deixando claro que os movimentos sociais é um espaço educativo que faz a articulação das educações não formal, formal e dos movimentos sociais na realidade brasileira, apresentando a intenção educativa dos movimentos sindicais do nosso País.

3.1.2.2 Os componentes complementares optativos

Os componentes complementares optativos perfazem uma carga horária de 120 horas no mínimo que ocorrerão ao longo do curso, entre eles, Cultura e Educação de Jovens e adultos, Educação Popular e Teorias e Práticas da Educação Popular, sendo cada um com 04 créditos e 60 horas.

Cultura e Educação de Jovens e adultos com assuntos sobre a relação entre antropologia e educação de jovens e adultos, apresentando os valores e universos culturais tanto da instituição escolar como das mais variadas formas de manifestação educacionais não formais. Esse como componente analisar particularmente as relações da EJA, mostrando a função nos processos de socialização. O próximo componente curricular é Educação Popular, nesse componente os futuros pedagogos tem o contato com diferentes tipos de educação, entre elas, educação popular, no qual o povo é o seu principal foco com uma metodologia dialética e participativa partindo da necessidade dos sujeitos da educação de jovens e adultos. Outro conteúdo abordado é a educação não formal, apresentando que a mesma ocorre fora dos padrões avaliativos das instituições escolares, tomando por base as atividades da nossa vida cotidiana numa perspectiva de educação permanente, visando uma escola com educação cidadã, ou seja, a escola deverá contribuir com o ensino sobre

movimentos sociais apresentando sua significância na dimensão educativa. E por último componente optativo ficou Teorias e praticas da Educação, nesse componente os discentes terá oportunidade de elaborar e executar uma proposta de intervenção com uma finalidade político-social, por meio de ensino, pesquisa e extensão nas praticas educativas.

Esse conjunto de conhecimentos oferecidos durante o curso, são a base para atuação dos futuros pedagogos em salas de jovens e adultos. É o meio a se chegar a uma educação de qualidade para todos, até mesmo para aqueles que já foram “excluídos” do meio social- econômico por não tiveram a oportunidade de estudar na faixa etária apropriada.

3.2 Análise dos Dados da Pesquisa

A metodologia utilizada para a realização do estudo pautou-se pela abordagem qualitativa da pesquisa, por atender ao interesse de se trabalhar com o espaço “das relações, dos processos e dos fenômenos”, ou seja, o universo de significados, motivações, aspirações, valores e atitudes (RICHARDSON,1999;HARGUETTE,1990;TRIVINÕS,1990). A pesquisa foi realizada no *Campus* I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Centro de Educação, com os alunos concluintes do Curso de Pedagogia e que estão na área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos. Onde coletamos por meio de questionários com questões abertas, as respostas de uma amostra de 22 alunos, sobre a formação que lhes é oferecida pela UFPB. A interpretação dos dados foi consolidada pela Análise de Conteúdo apoiada em Bardin (2002) enquanto suporte de análise. Dessa maneira a construção coletiva dos argumentos sobre a formação dos futuros pedagogos da UFPB advém das práticas destes alunos em sala de aula.

3.2.1 Período de realização

A meta de toda e qualquer investigação científica aponta para o alcance dos objetivos explicitados, que será corroborada ou não na obtenção dos resultados. A pesquisa foi procedida no período de julho a agosto de 2013.

3.2.2 Pessoal Envolvido

A equipe responsável pela realização do projeto de pesquisa foi composta por:

- ✓ 01 (uma) professora do DHP/CE, sendo esta a nossa orientadora.
- ✓ 02 (duas) alunas do curso de Licenciatura em Pedagogia, que estão concluindo as

atividades por meio desta pesquisa.

3.2.3 Resultados

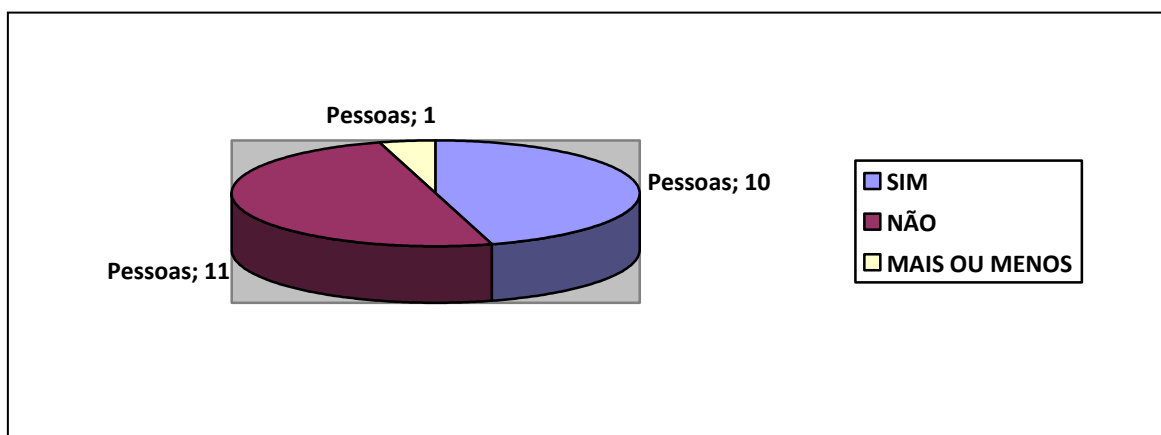
Os sujeitos pesquisados foram 22 (vinte e duas) alunas concluintes do curso de pedagogia, de modo que 21 (vinte e uma) destas estão cursando o 8º período e 1 (uma) esta no 9º período, com idade entre:

IDADE	QUANTIDADE DE ALUNAS
19 a 22 anos	7
23 a 27 anos	10
33 a 37 anos	2
38 a 45 anos	1
Mais de 46 anos	2

Deste universo pesquisado buscamos entender quais os motivos que levaram a estas alunas a escolherem a Área de Aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos. Percebemos que a maioria das respostas tem um caráter positivo, porém outras respostas não foram motivações propriamente ditas. Sabendo que um mesmo questionário pode ter mais que uma resposta, 29% responderam que a motivação da escolha foi conhecer melhor esta área da EJA e conseqüentemente a modalidade educacional e seus objetivos, 19,4% foram motivadas por se identificar com os sujeitos/alunos jovens e adultos e com a área de estudo/trabalho, 16,1% respondeu que tinha que escolher entre duas áreas e por não gostar da Área de Educação Especial optou pela EJA, 12,9% escolheram esta área por fazer parte do tema de seu TCC, 9,7% já tiveram a oportunidade de terem trabalhado neste universo por meio de projetos de pesquisa, por isso optaram pela Área da Educação de Jovens e Adultos, 3,2% decidiram por esta área fazer parte da linha de pesquisa para o mestrado, 3,2% querem, por meio de seu trabalho, romper preconceitos pessoais e sociais com relação a esta modalidade educacional, 3,2% foram motivadas por terem sido alunas da EJA e 3,2% decidiram por esta área por querer contribuir para a transformação e melhoria da educação de jovens e adultos, hoje tão esquecida, por meio de seu trabalho e idéias. Estas respostas mostram que muitas se importam realmente em fazer um bom trabalho na

sua área de atuação, buscam verdadeiramente conhecimentos que ajudarão na sua prática como futuros educadores de jovens e adultos.

Também buscamos conhecer se os componentes curriculares aos quais estes alunos já cursaram e os que eles estão cursando em sua graduação satisfizeram as suas expectativas como futuros educadores de jovens e adultos. Neste ponto pudemos analisar que a maioria se sentiu insatisfeita com a sua formação e levantaram justificativas para tal insatisfação. O gráfico abaixo mostra quantitativamente as respostas:



Para os que responderam que “sim”, que o curso satisfez as suas expectativas, justificou que durante esta formação tiveram acesso ao que necessitam para um bom trabalho em sala de aula, ou seja, fundamentações teóricas, métodos e metodologias e experiências vivenciadas na área, conteúdos ricos e inovadores, principalmente nos componentes curriculares Alfabetização de Jovens e Adultos e Estágio supervisionado V. Porém, mesmo se sentindo satisfeitas com o curso, algumas alunas relataram através de suas respostas que sua formação deixou um pouco a desejar, pelo fato dos componentes da EJA serem cursados nos últimos períodos, que a carga horária destinada a esta modalidade foi insuficiente, que houve pouca relação das outras áreas e a Educação de Jovens e Adultos e que alguns conteúdos se distanciavam da prática vivenciada.

Já as alunas que responderam que os componentes curriculares “não” satisfizeram as suas expectativas, justificaram as suas respostas afirmando enfaticamente que foram deixadas várias lacunas de conhecimentos pelo fato da EJA ser estudada no fim do curso, que os conteúdos estudados foram só um paliativo, que necessitava de uma melhor formação ou uma formação mais adequada e que muitos componentes não consideravam a

realidade das futuras pedagogas, deste modo sentiram a necessidade de uma reformulação do currículo para melhoria do curso.

A fim de buscar manter o que há de bom no curso, perguntamos às alunas, quais os principais pontos positivos da formação oferecida aos futuros pedagogos da UFPB que optarem pela EJA, e mesmo sabendo que a maioria se diz insatisfeita, todos conseguiram levantar importantes respostas a este questionamento. A maioria de 31% responderam que o principal ponto positivo foram as experiências vivenciadas no estágio, a prática em salas da EJA e os conhecimentos que puderam construir por meio dos relatos de vida dos sujeitos desta modalidade. Dos questionários 20,7% que é positivo a UFPB oferecer uma formação para esta modalidade de ensino por meio da área de aprofundamento, afinal esse compromisso com a Educação de Jovens e Adultos nem todas as universidades tem. Outros 13,8% responderam que há coerência dos professores formadores com as suas práticas e são totalmente capacitados. Do total 10,3% responderam que o ponto positivo são os autores que foram trabalhados e outros 10,3% dizem que foi a possibilidade de trabalhar em uma área desvalorizada e poder refletir sobre as ações que impulsionem melhorias na EJA. Mais 6,9% responderam que não há nenhum ponto positivo. Outros 3,4% responderam que foram as oportunidades de participação em eventos. E os últimos 3,4% relataram que a formação voltada para EJA foi um espaço de reflexão entre a teoria e a prática nesta modalidade. Avaliamos então que várias características do curso são imprescindíveis na vida desta alunas, assim como existe problemas, também existem pontos positivos, que devem ser mantidos e melhorados de acordo com as transformações sociais.

Para entender o que pode atrapalhar a vida acadêmica desta alunas, questionamos quais as dificuldades vivencias por estas alunas no processo de formação dentro desta modalidade educacional. Tivemos então respostas que diziam que não houve nenhuma dificuldade; que foi difícil aprender a metodologia que atenda as necessidades dos alunos da EJA; que o componente curricular Estágio Supervisionado V foi muito rápido e poderia ter sido cursado anteriormente, para não ficar com as atividades tão tumultuadas; a dificuldade de aproximação com os alunos jovens e adultos na experiência de estágio, pelo fato deles se sentirem inferiores e não se abrirem; o fato de trabalhar e não ter tempo para cumprir a carga horária adequadamente; o excesso de trabalhos acadêmicos no fim do curso, dificultando conciliar os horários das atividades dos componentes e o TCC; ser

estudado os componentes da EJA com mais intensidade apenas no último período; a falta de ligação dos componentes estudados anteriormente e os da área de aprofundamento; o excesso de teorias e poucas praticas e a falta de leituras sobre esta modalidades nos componentes anteriores. Muitas foram as dificuldades que estas alunas enfrentaram, mas nada tão grave que não pode ser repensado e reformulado. Estamos pontuando algumas dificuldades, mas pode ser o início de uma grande mudança e melhoria da qualidade do curso de pedagogia

Um dos princípios para melhoria deste curso é saber as sugestões dos alunos que já vivenciaram as experiências da área de aprofundamento EJA, tem para a melhoria do curso de pedagogia. Deste modo, eles nos apresentaram uma diversidade de opiniões e idéias que podem contribuir para uma melhor realização destas formações. Os discursos a seguir demonstram algumas as principais opiniões.

Q. 3. Destinar um período para o desenvolvimento do TCC, sem outras obrigações;

Q.11. Investir em bolsas de estudo e pesquisas ligadas a área da EJA;

Q. 20. Que o componente EJA seja cursado nos primeiros períodos, para isso tem que haver uma mudança no currículo. E que seja mantida ao logo do curso.

Obtivemos também sugestões como maior interação entre alunos e professores na execução de atividades e intervenção, a oportunidade de conhecer as áreas de aprofundamento antes, aumentar a carga horária dos componentes destinados à EJA, maior número de vagas desta área na pós-graduação, acrescentar mais leituras sobre a educação de jovens e adultos, um estágio mais efetivo e mais duradouro e a possibilidade de conhecer os diferentes meios em que se desenvolve a prática da EJA. Estas contribuições são bases de investigações ainda mais amplas, pois apresentamos acima uma abundante gama de informações que contribuem diretamente às melhorias futuras.

Lembramos que o processo de formação de professores nessa atual sociedade necessita de uma multiplicidade de conhecimentos e saberes que assegure uma participação qualitativa no mercado de trabalho, bem como conhecimentos necessários e exigidos pelo desenvolvimento tecnológico que vem marcando as sociedades capitalistas recentes. Nessa perspectiva, vale ressaltar a importância da formação continuada, da gestão e das condições de trabalhos dos docentes. Estes constituem temas complexos e atuais,

podendo ser abordados a partir de diferentes enfoques e dimensões. É importante lembrar que a continuada vem acompanhada da formação inicial e que as duas se completam. Segundo LIBÂNEO,

A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados a formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (LIBÂNEO, 2004, p. 227).

Concordamos com o autor ao dizer que, não basta concluir o curso, é necessário que o processo de formação se estenda ao longo da vida, para que se tenha uma prática pedagógica atualizada em toda trajetória profissional. O professor precisa tomar consciência da extensão desse processo formativo, alargado com aspectos pedagógicos, políticos e econômicos, aspectos estes que interferem diretamente no seu cotidiano docente e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formar educadores para atuação com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos não é uma tarefa fácil, porém nos dias de hoje os governantes se preocupam cada vez mais com esta parte da população. Paulo Freire como um dos maiores educadores brasileiros, nos mostra que com muito esforço, trabalho e perseverança poderemos alcançar todos os nossos objetivos que traçarmos para os educando desta modalidade. Ele é a base teórica e histórica que temos como exemplo, é o nosso norte para um trabalho com pessoas que sempre foram oprimidas pelas elites dominantes, um povo que têm direitos e deveres, todos estes garantidos na constituição, mas que muitas vezes não saem do papel.

Para que possamos entender todas as particularidades da educação de jovens e adultos, é necessário entender todo processo histórico, político e econômico que ao longo do tempo influenciaram para contemplação da EJA como uma modalidade educacional, ou seja, conhecer o passado, para poder analisar o presente e construir um futuro, bem mais agradável do que realidade atual. Existem ainda outros aspectos que contribuem para uma eficaz educação de jovens e adultos, entre eles os documentos oficiais.

A LDB e a Constituição Federal de 1988, que por serem leis nacionais, deve ser cumprida em todas as localidades do nosso país, e assim estabelecendo direitos à toda população a terem acesso a educação de qualidade, independe da sua faixa etária. O PCN da EJA e o PNE (2011-2020) nos apresentam contribuições para uma proposta de melhoria do trabalho dos educadores em sala de jovens e adultos e conseqüentemente sanar o problema do analfabetismo no Brasil. E as Diretrizes Curriculares Nacionais, tanto do ensino superior quanto da EJA, é um dos pilares principais para a formulação de projetos pedagógicos, sejam eles dentro das universidades ou nas escolas.

Ao analisarmos o PPC - Projeto Político Pedagógico, constatamos que esta de acordo o com que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Observamos que o curso de graduação vai além da formação profissional, integrando seus alunos no contexto social, político e econômico conquistando assim, sua realização pessoal. Analisamos cada plano especificamente. No **Plano Ético** espera-se formar cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade ética, justa e igualitária. No **Plano Intelectual** espera-se estimular a produção científica, contribuindo para o avanço tecnológico e, conseqüentemente, a aprendizagem ao longo da vida, já que deverá estar em

sintonia com as mudanças e ajustes da ciência. No **Plano Político-Social** espera-se construir cidadãos conscientes de seus deveres na preservação do meio em que vivem, assim, os cursos inserem em suas competências e habilidades a futura atuação e as conseqüências que trará para a sociedade, sejam eles positivos ou negativos. No **Plano Profissional**, esses são específicos e cada curso possui uma atuação distinta, apesar de serem elaboradas a partir de um objetivo em comum que é formar profissionais qualificados e adequados as expectativas do mercado de trabalho.

A pesquisa com as futuras pedagogas da UFPB mostra que apesar de algumas dificuldades e insatisfações, o curso de Pedagogia tem se mostrado disposto a atender as exigências das bases legais. Mas atualizações são necessárias, pois o mercado de trabalho exige cada vez mais dos profissionais da educação, principalmente dos profissionais da Educação de Jovens e Adultos, que tem como meta oferecer conhecimentos emergenciais para atender as necessidades que são impostas pela sociedade.

REFERENCIAS

ARROYO, Miguel. Formar **educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: BRASIL, Ministério da Educação – SOARES, Leôncio (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autentica, 2006. p. 17- 32.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. P 51-121.

BRASIL. Congresso Nacional. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm. Acesso em: 15 jun. 2013

_____. Congresso Nacional. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____, Ministério da Educação. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento**. RIBEIRO, Vera Maria Masagão (ORG.). São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.

_____, Senado Federal. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. **PARECER CEB 11/2000**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 08 jul. 2013

_____, Ministério da Educação. Leôncio Soares (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006
HAQUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: São Paulo, 1990.

COSTA, Antônio Claudio Moreira. **Educação de jovens e adultos no Brasil: novos programas velhos problemas**. Disponível em: http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/4_educacao_jovens_cp8.pdf. Acesso em: 25 mai. 2013.

DALLEPIANE, Julieta Ida. **Pedagogo da educação de jovens e adultos: ousadia e paixão no ensina e aprender**. In: BRASIL, Ministério da Educação – SOARES, Leôncio

(Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autentica, 2006. p. 67- 81.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **A alfabetização de adultos como ato de conhecimento**. Disponível em: www.acervo.paulofreire.org. Acesso em: 07 maio 2013.

FREIRE, Paulo. **A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: É ELA UM QUE FAZER NEUTRO?**. Disponível em: www.acervo.paulofreire.org. Acesso em: 07 maio 2013.

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA**. EGA, 1996. 92 p. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf. Acesso em: 15 nov. 2012.

GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Um cenário possível para o Brasil**. Disponível em: http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/EJA_Um_cenario_possivel_2003.pdf. Acesso em: 23 abr. 2013.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5ª Edição. Goiânia: Alternativa. 2004.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: QUE EDUCAÇÃO É ESSA?. Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, a.12, n.16, p.51-64, 2007.

PAIVA, Valnida Pereira. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. Disponível em: books.google.com.br/books?isbn=8515017229. Acesso em: 15 jun. 2013

PARAIBA, Universidade Federal. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CURSO DE PEDAGOGIA**. João pessoa: out. 2006

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (2011-2020): avaliação e perspectivas. Luiz Fernandes Dourado (org.). 2ª Ed. Goiás: Autêntica.

PORCARO, Rosa Cristina. **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**. Disponível em: http://www.google.com.br/#bav=on.2,or.r_qf.&fp=cf6e7ea9e146a8a4&psj=1&q=a+historia+da+educacao+A7%C3%A3o+de+jovens+e+adultos+no+brasil. Acesso em: 10 março 2013.

PORCARO, Rosa Cristina. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NO BRASIL**. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_3509.pdf. Acesso em: 10 março 2013.

PORTAL DO MEC. DIRETRIZES NACIONAIS DOS CURSOS SUPERIORES. DISPONIVEL EM <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>. ACESSO EM 20 JUL 2013.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Layola, 1983.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social*. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 1999.

SALDANHA, Leila. **HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL(2009)**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historico-da-eja-no-brasil/17677/>. Acesso em: 01 jun. 2013.

SILVA, José Barbosa. **Valorização dos saberes docentes na formação de professores de EJA. In: BRASIL, Ministério da Educação – SOARES, Leôncio (Org.)**. Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autentica, 2006. p. 17- 32.

TRIVINOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas. 1990.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Caros colegas,

Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EJA, para a construção do nosso trabalho de conclusão de curso (TCC), com o objetivo de averiguar como se dá a formação dos pedagogos voltados para EJA. Neste sentido buscamos analisar se a formação oferecida pela UFPB esta atendendo as necessidades dos futuros profissionais que irão trabalhar com jovens e adultos. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Para tanto solicitamos a sua colaboração no sentido de responder o questionário que segue. A sua participação e resposta ao mesmo serão fundamentais para alcançarmos os objetivos propostos.

Aqui ficam os nossos agradecimentos

INFORMAÇÕES GERAIS

Sexo: () Masc () Fem

Idade: () 19 a 22 () 23 a 27 () 28 a 32 () 32 a 37 () 38 a 45 () + 46 anos

Período que esta cursando: () 8ºP () 9ºP () 10ºP

1. O que lhe motivou a escolher a área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos?

2. Os componentes curriculares aos quais você já cursou e os que está cursando na sua graduação, satisfizeram suas expectativas como futura educadora da EJA?

Justifique.

3. Quais os principais pontos positivos da formação oferecida para os futuros pedagogos da UFPB que optarem pela EJA?

4. Quais as dificuldades vivenciadas por você no processo de formação dentro desta modalidade educacional?

5. Quais as sugestões que você daria para melhoria da formação dos pedagogos da UFPB que optarem pela área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos?

OBRIGADA!